Boletim Informativo

ASPACER Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento
SINCER Sindicato das Indústrias da Construção, do Mobiliário e de Cerâmicas de Santa Gertrudes

Sexta-feira, 21 de Maio de 2021 nº472

Webinar internacional discute futuro do gás natural no Brasil

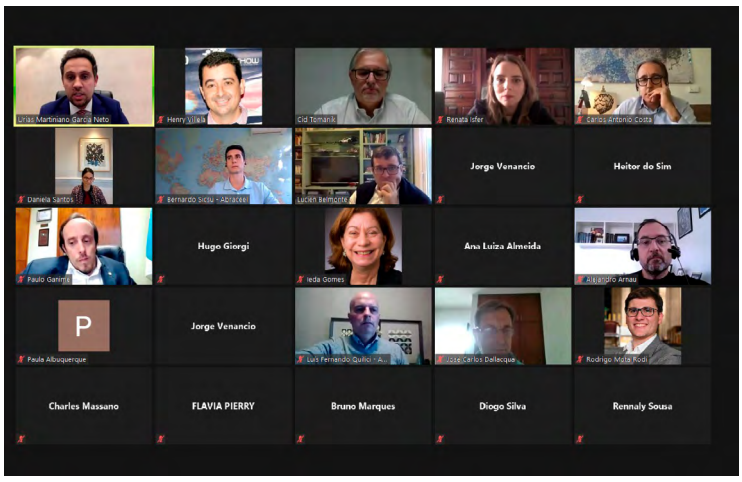
Foi realizado nesta semana, o Webinar "Os Novos Rumos da Distribuição de Gás Canalizado", promovido pela Tomanik Martiniano Sociedade de Advogados.

O encontro teve como objetivo discutir e evidenciar os novos rumos da distribuição de gás canalizado sob a ótica de especialistas e agentes com vivência e experiência no mercado de gás natural.

Diretor de Relações Institucionais da Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (ASPACER), Luís Fernando Quilici, destacou a importância do insumo para o setor cerâmico. "Esse tema tem uma relevância muito grande para toda cadeia produtiva cerâmica, que desde 2012 tem se dedicado e fortalecido essa discussão para abertura do mercado de gás no Brasil", pontuou Quilici, que esteve também representando a Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (ANFACER).

Ainda segundo ele, além da regulamentação do novo Marco do Gás, há questões que precisam ser sanadas como uma harmonização entre as regulações feitas pelos governos Federal e Estadual. "Do ponto de vista regulatório é preciso haver uma harmonização das regras estabelecidas pela União e os estados. Outro ponto que precisamos de avanços trata da transparência regulatória. As decisões de agências reguladoras devem estar abertas ao consumidor, para que ele possa questionar e contribuir com o que está sendo decidido", frisou.

No encontro digital estiveram presentes ainda Paulo Ganime (Deputado Federal/Novo-RJ), Renata Beckert Insfer (Sócia da Petres Energia), Carlos Antonio Costa (Grupo Mercados Energético Consultores – Uruguai), Lucien Belmonte (Presidente da Abividro), Bernardo Sicsú (Diretor da Abraceel) e Charles Joseph Massano (Grupo Mercados Energético Consultores – Argentina)



Encontro reuniu participantes de três países

Inflação da construção civil é a maior em 28 anos

Os produtos na construção civil registram, em maio, o maior patamar de inflação acumulada em 12 meses dos últimos 28 anos. É o que aponta levantamento exclusivo da Fundação Getulio Vargas (FGV), elaborado a partir do Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) de maio.

De acordo com André Braz, economista responsável pelo estudo, dentro do Índice de Preços ao Produtor-10 (IPA-10), material e equipamentos para construção, sem frete e sem impostos (porta de fábrica), atingiram inflação de 38,66% em 12 meses até maio.

Essa elevação foi recorde dentro do IGP-10, criado em 1993. Ao mesmo tempo, a inflação de material, equipamentos e serviços dentro do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-10) subiu para 30,86% em 12 meses até maio, também recorde.

Com enormes reservas, gás natural envolve questões de logística e fixação de preços

Na reunião do Conselho Superior de Infraestrutra da Fiesp (Coinfra) nesta semana, a diretoria executiva da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegas) discutiu o mercado de gás natural no Brasil, em função de recentes aumentos de tarifa que impactaram negativamente nos custos da indústria.

De acordo com o presidente do Coinfra, Marcos Marinho Lutz, o gás natural é um 'gigante adormecido' no Brasil. "Apesar de haver reservas enormes com custo zero de produção, pois o custo é associado à produção do óleo, temos um desafio de logística e infraestrutura para administrar, devido a questões de regulação lenta e até da distribuição, transporte e produção na mão de players não privados", informou.

Segundo Lutz, a disponibilidade de gás é uma questão de tempo, pois a indústria tem possibilidade de acessar uma fonte de energia muito barata e mais limpa do que outras energias que hoje são utilizadas – como o óleo combustível – no processo de logística via pipeline e rede de distribuição de gás encanado.

MP traz flexibilização das regras de pesagem dos caminhões

A MP 1.050, enviada nesta última quarta-feira (19) ao Congresso Nacional, aumentou de 10% para 12,5% o limite de tolerância do peso permitido por eixo em caminhões acima de 50 toneladas. No caso dos veículos com peso bruto total inferior a 50 toneladas, que correspondem à maioria da frota, essa margem de tolerância foi extinta.

O anúncio foi bem recebido por transportadoras, caminhoneiros autônomos e donos de cargas. A expectativa do governo é livrar a categoria de multas que considera injustas e baratear o custo do frete, que muitas vezes já incorpora o risco de autuação.

No entanto, a flexibilização gerou reclamações das operadoras privadas de rodovias e autarquias estaduais responsáveis pela conservação das estradas, além de construtoras contratadas para fazer obras de manutenção. Para elas, o reflexo da medida é a degradação mais rápida do pavimento e aumento do risco à segurança, com caminhões estimulados a circular com excesso de peso por eixo e maior dificuldade de frenagem.